

# PF faz operação contra abuso sexual infantojuvenil e prende 2

Operação Apanhador de Sonhos cumpre mandados expedidos pela Justiça Federal

A Polícia Federal prendeu duas pessoas em flagrante, na manhã desta quinta-feira (29), durante a deflagração da Operação Apanhador de Sonhos, voltada ao combate à posse e ao compartilhamento de material contendo cenas de abuso sexual de crianças e adolescentes. As prisões ocorreram nos municípios de Campinas e Hortolândia, na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

De acordo com a PF, um homem de 43 anos foi preso em Hortolândia e outro, de 19 anos, em Campinas. As ações foram realizadas a partir do cumprimento de dois mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal em Campinas, no âmbito de investigações distintas conduzidas pela delegacia da Polícia Federal no município.

Durante o cumprimento dos mandados, os policiais localizaram e apreenderam dispositivos eletrônicos, como celulares e computadores, que continham material ilegal. Os equipamentos foram encaminhados para análise pericial, que deverá aprofundar as investigações e auxiliar na identificação de outros possíveis envolvidos. Segundo a Polícia Federal, os dois investigados não atuavam em conjunto. As apurações tiveram início a partir de



A Polícia Federal (PF) prendeu duas pessoas em flagrante, na manhã desta quinta-feira (29)

trabalho próprio de prospecção da PF de Campinas, com uso de inteligência policial e ferramentas tecnológicas voltadas ao enfrentamento de crimes cometidos no ambiente digital. Esse tipo de monitoramento vem sendo continuamente aprimorado pela corporação, diante do crescimento dos delitos praticados pela internet.

O delegado-chefe da Polícia Federal em Campinas, André Almeida, explicou que o caso teve origem no trabalho do grupo de

repressão a crimes cibernéticos. Conforme a PF, ao ser identificado o compartilhamento do material ilegal, foram instaurados procedimentos investigativos que resultaram na expedição dos mandados judiciais.

As prisões em flagrante ocorreram porque o material foi encontrado nos aparelhos eletrônicos durante o cumprimento das ordens judiciais. A legislação brasileira considera crime a posse de material contendo cenas de abuso sexual envolvendo crianças ou adolescentes configura o crime de estupro de vulnerável, cuja pena pode chegar a 15 anos de reclusão.

pena que pode variar de um a quatro anos de prisão. Já o compartilhamento desse tipo de conteúdo prevê penas mais severas, de três a seis anos.

A Polícia Federal também ressalta que a produção desse tipo de material pode resultar em penas ainda mais elevadas, que variam de quatro a oito anos de prisão, e que a gravação de cenas de abuso sexual envolvendo crianças ou adolescentes configura o crime de estupro de vulnerável, cuja pena pode chegar a 15 anos de reclusão.

são, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Penal.

A operação recebeu o nome de "Apanhador de Sonhos" como forma de simbolizar o compromisso da Polícia Federal com a proteção da infância e o combate à violência sexual praticada no ambiente virtual. Segundo a corporação, a iniciativa marca apenas o início de um trabalho contínuo, com novas ações previstas ao longo do ano, voltadas à repressão desse tipo de crime. Além da atuação repressiva, a Polícia Federal reforça a importância da atenção permanente de pais e responsáveis em relação ao uso da internet por crianças e adolescentes. Conversar abertamente sobre os perigos do mundo virtual, explicar como utilizar redes sociais, jogos e aplicativos de forma segura e acompanhar de perto as atividades online dos jovens são medidas essenciais de proteção. Estar atento a mudanças de comportamento, como isolamento repentino ou segredo em relação ao uso do celular e do computador, pode ajudar a identificar situações de risco. É importante ensinar às crianças e adolescentes como agir diante de contatos inadequados em ambientes virtuais, reforçando que podem e devem procurar ajuda.

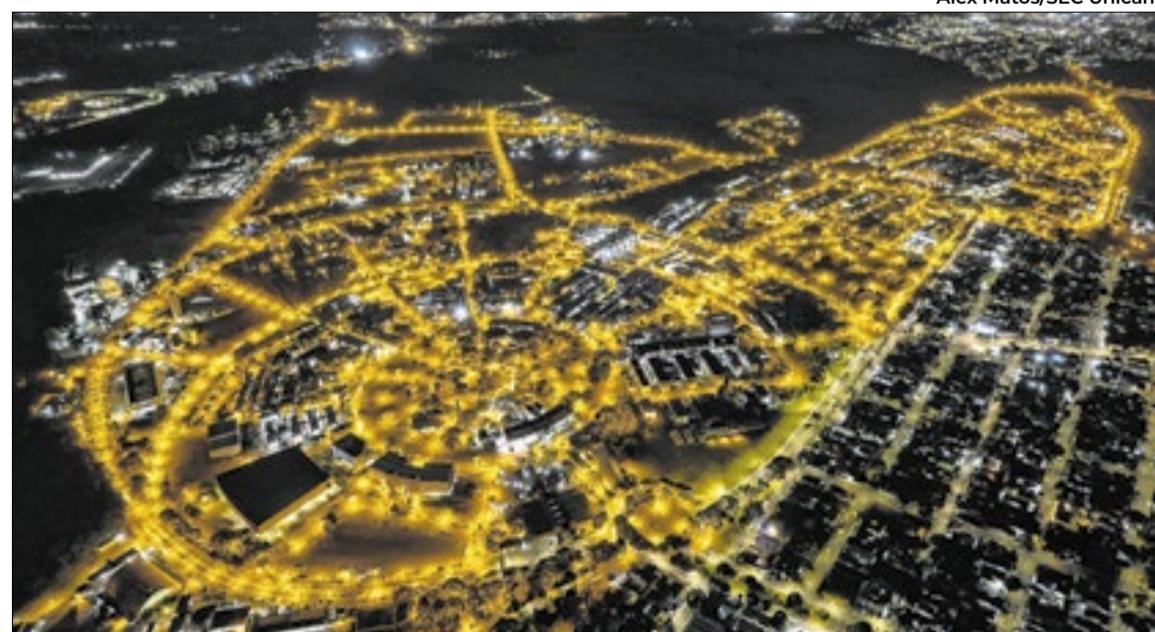
## Projeto de iluminação inteligente da Unicamp

Alex Matos/SEC Unicamp

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) iniciou a implantação de um sistema de iluminação pública inteligente no campus de Barão Geraldo, em Campinas, com estimativa de reduzir em até 70% o consumo de energia destinado à iluminação externa. A iniciativa integra um projeto de modernização energética e sustentabilidade que transforma a universidade em um laboratório vivo de cidades inteligentes.

A implantação foi oficialmente marcada nesta terça-feira (27), durante cerimônia que formalizou a entrega dos dispositivos de telegestão fornecidos pela TIM Brasil, vencedora da concorrência pública, em parceria com a empresa M2M. O projeto é resultado de convênio entre a Unicamp e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar), no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, Procel Reluz.

Com investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões, o



A Unicamp iniciou a implantação de um sistema de iluminação pública inteligente no campus

projeto prevê o aterramento de 1,5 mil postes de energia e a instalação de 2.615 luminárias de LED equipadas com sensores inteligentes, que permitirão controle individualizado e monitoramento remoto do sistema. As obras devem ser concluídas até fevereiro, com inauguração pre-

vista para março.

A tecnologia utilizada é o TIM Smart Lighting, uma solução baseada na Internet das Coisas (IoT), que possibilita a gestão inteligente da iluminação pública por meio da plataforma NOX Manager. O sistema permitirá a medição do consumo de energia

em tempo real, além de facilitar a identificação de falhas e a otimização da manutenção. O contrato inclui ainda a manutenção dos equipamentos e o fornecimento do serviço de comunicação com a nuvem pela operadora pelo período de dez anos. Atualmente, a iluminação pública do campus

é composta majoritariamente por lâmpadas de vapor de sódio, responsáveis por cerca de 6% do consumo energético da universidade. Segundo o coordenador do Programa Campus Sustentável e diretor do Centro Paulista de Estudos da Transição Energética (CPTEn), Luiz Carlos Pereira da Silva, a substituição por luminárias LED deve gerar uma economia imediata estimada em R\$ 1 milhão por ano. O valor se soma aos R\$ 15 milhões economizados anualmente pela Unicamp com outros projetos de eficiência energética e geração de energias renováveis em andamento.

Além da modernização da iluminação, o projeto prevê a integração de sensores voltados à gestão urbana inteligente. Empresas parceiras doaram oito equipamentos adicionais, como radares para contagem de veículos, câmera de alta definição, sensores de qualidade do ar e de ruído. Serão testados no laboratório de energias renováveis.